

A portrait of a woman with shoulder-length brown hair, smiling, wearing a red two-piece outfit with silver studs and a matching belt. She is standing in front of a tree trunk. The text is overlaid on the bottom left of the image.

DEPUTADA ESTADUAL

★
Professora Bebel 13123

Nossa voz mais forte



Atuação Política
Ato #20utForaBolsonaro (2021) na Avenida Paulista



Defesa dos direitos sociais e Coletivos
Professora Bebel com Raimundo Bonfim (FPB/CMP), em Ato contra o PL 529 de 2020



Defesa do funcionalismo público paulista
Professora Bebel na galeria da ALESP, junto com os servidores, contra a Reforma da Previdência em 2020



Defesa dos grupos sociais oprimidos
Professora Bebel com Ligia Toneto, Secretária da Juventude do PT/SP e outros jovens no Grito dos Excluídos em 7 de Setembro de 2021

NOSSA VOZ MAIS FORTE NA ALESP

Quando candidatei-me ao cargo de deputada estadual, nas eleições de 2018, atendi a um chamamento da categoria que represento, os professores e as professoras das redes públicas do estado de São Paulo e de outros segmentos que consideraram fundamental ter na Assembleia Legislativa uma representante oriunda do serviço público, liderança sindical e ligada às lutas dos trabalhadores e dos setores oprimidos da sociedade.

Aceitei a missão e, no contexto daquela difícil disputa eleitoral, realizamos uma campanha propositiva e de defesa da democracia, da educação e do funcionalismo público. Obtivemos 87.269 votos em quase todos os municípios paulistas, os quais expressaram, além do apoio à nossa candidatura, inquebrantável compromisso e disposição com a luta e resistência aos previsíveis ataques que viriam a ocorrer.

Nesses três anos e meio de atuação, nosso mandato popular se caracterizou por uma mobilização permanente: a educação, a saúde, a moradia, a defesa do direito à terra, LGBTQIA+, direito das mulheres. É um leque amplo de demandas porque espelham, como sempre quis, as expectativas e sonhos de uma base plural, composta por militantes e lideranças de inúmeros segmentos e movimentos sociais.

Para a próxima legislatura, a base de atuação parlamentar está desenhada nos eixos de atuação descritos nas páginas a seguir. Eles definem um programa amplo e incorporarão, como itens específicos, pautas que ganharam destaque nos últimos anos. É o caso, por exemplo, da defesa da universidade pública e de sua total autonomia; da proteção dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, que viram explodir os casos de violência; de um plano estadual do servidor público como política de Estado para viabilizar serviços de melhor qualidade para o povo; da luta pelo direito à moradia no estado mais rico e urbanizado do país; da luta pelo direito à terra e à reforma agrária justa para os camponeses e pelo apoio à agricultura familiar, orgânica e agroecológica; e da garantia de direitos dos idosos e dos aposentados, vítimas cruéis da pandemia da COVID-19 e do abandono por parte do Estado. É um rol exemplificativo, mas representativo, daquilo que acreditamos e pelo qual lutamos.

No momento em que ingressamos na campanha pela renovação de nosso mandato popular, proponho-me a dupla tarefa de apresentar um resumo da nossa atuação na atual legislatura e oferecer um conjunto de propostas para a continuidade do nosso trabalho.

O ano de 2022 marca o encerramento de uma jornada de quatro anos de trabalho parlamentar marcado por realizações em diversas frentes. Elas ocorreram sob as sombras de dias de luto, durante o evento mais letal de muitas décadas no mundo: a pandemia da COVID-19, que ceifou quase 700 mil vidas no Brasil. É triste e revoltante constatar que muitas mortes poderiam ter sido evitadas. Assim como centenas de milhares de contágios que hoje submetem os sobreviventes a graves sequelas.

No plano federal, governo Jair Bolsonaro adotou postura deliberadamente negacionista, difundindo notícias falsas, defendendo tratamentos sem eficácia e discursando contra as vacinas. Em São Paulo, por sua vez, João Doria, do PSDB, desmontou instituições-cha-

ve para as políticas públicas, por meio de uma reforma administrativa que quase decretou o fim do Instituto Butantã. Só não o fez devido à oposição do nosso partido e de outros.

Doria também confiscou a aposentadoria de servidores públicos e promoveu longa e sofrida batalha contra os profissionais da Educação, ao pressioná-los a retornar às atividades presenciais sem vacina e sem condições adequadas de trabalho. Não fosse a luta da APEOESP e do nosso mandato, não teríamos conquistado a vacinação dos profissionais da Educação, na primeira frase, e dos estudantes no estado.

Esse contexto conferiu um tom ainda mais desafiador para o nosso trabalho parlamentar. Nossa luta passou a ser pelo direito à vida, num contexto em que a democracia, o Estado de bem-estar social, os direitos sociais e coletivos, os serviços e o funcionalismo público eram os principais alvos de retrocessos.

É por tudo isso que queremos renovar a confiança que você, eleitora e eleitor paulistas, depositaram em nós. São vocês, afinal, que legitimam, por meio do voto, o nosso mandato, no exercício da soberania popular.

Há pessoas que duvidam que um parlamentar possa ter também mandato sindical. Confirmo: não só é possível como necessário. Parafraseio Milton Nascimento: “o político tem que estar onde o povo está”.

Seguimos convictos de que estamos do lado certo da história. É desse lado que queremos construir a primavera que o povo paulista quer e merece. É desse lado que queremos transformar em realidade o sonho de uma vida melhor para nós, para nossas filhas e filhos: um Estado mais justo, inclusivo e próspero, cujo povo tenha razões de sobra para voltar a sorrir.

São Paulo, agosto de 2022.

Professora Bebel
Deputada Estadual

CONHEÇA A MINHA TRAJETÓRIA



PASSO A PASSO

Abra a câmera do celular como se fosse fazer uma foto. Em aparelhos iPhone aparecerá um link amarelo. Clique e vá para o vídeo. Em Android, o vídeo será aberto ou aparecerá também um link para abrir.



“O olhar do jovem e do idoso, ambos me dizem a mesma coisa: o jovem quer transformar o mundo e o idoso quer continuar transformando o mundo, com qualidade de vida e justiça social.”

Professora Bebel



Professora Bebel com Lula, candidato do PT à Presidência da República



Professora Bebel com Fernando Haddad, candidato do PT ao Governo de São Paulo



Professora Bebel com a deputada federal Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT



Professora Bebel com Marcio França, candidato ao Senado por São Paulo



II Marcha dos Aposentados e Pensionistas no Palácio dos Bandeirantes, contra o Confisco Salarial - Maio/2022



Professora Bebel no lançamento do Calendários de Lutas das Centrais Sindicais - 2022



Professora Bebel com Iara Dorinho, esposa do homenageado póstumo Dorinho, em Solenidade na Alesp para entrega do Prêmio Inezita Barroso, em 2020



Professora Bebel na Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2019



Professora Bebel no Ato "Pela Vida das Mulheres" de 8 de Março (2022) na Avenida Paulista

PROFESSORA BEBEL É LIDERANÇA NA ALESP

A deputada estadual Professora Bebel (PT) foi eleita como líder da Bancada do PT na Alesp, em 16 de março de 2021. Com dois anos do primeiro mandato, a Deputada Professora Bebel liderou diversas lutas em defesa da educação pública de qualidade, assim como dos professores e servidores estaduais, contra privatizações e pelos direitos dos segmentos mais vulneráveis da população.

“Sem dúvida, uma grande honra, mas também uma imensa responsabilidade assumir essa missão dada pelos meus companheiros, que confiaram em mim para liderar o trabalho da nossa

bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo, que me comprometo fazê-la dentro de um processo amplamente democrático e transparente, pensando unicamente no bem-estar do povo paulista”, ressalta a deputada Professora Bebel.

Como líder, juntamente com as bancadas do PT e da Oposição, fez enfrentamento diário às políticas do governador João Doria (PSDB) e ao atual Presidente da República, pela melhoria permanente da saúde, do transporte, da segurança pública, enfim, na defesa do fortalecimento do Estado para servir a população que mais precisa. Articulou com os professores, funcionalismo público, movimentos sociais, a constante presença na casa em defesa de seus direitos, em defesa da educação, da cultura, dos serviços públicos e das reivindicações da classe trabalhadora.



Sempre atuante, Professora Bebel articula com os deputados Dr. Jorge do Carmo (PT), Barba (PT), Beth Sahlão (PT), Marcia Lia (PT), Ênio Tatto (PT), Leci Brandão (PCdoB) e Erica Malunguinho (PSol), entre outros

O FIM DO CONFISCO SALARIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS É NOSSA OBSESSÃO!

Entre novembro de 2019 e março de 2020, nosso mandato esteve lado a lado com o funcionalismo público na luta contra a reforma da Previdência no estado de São Paulo. Naquela ocasião, fomos o único mandato a alertar que haveria um processo de desaposentação, ou seja, que o governo Doria passaria a cobrar novas contribuições previdenciárias dos aposentados da SPPREV. E foi o que aconteceu.

Mesmo diante da maior crise sanitária e humanitária o Governo Doria, sem a

menor consideração, realizou o confisco impiedoso dos salários de aposentados e pensionistas, expondo à indignidade um público que dedicou anos de trabalho e dedicação à Educação e aos serviços públicos.

Contra essa injustiça, propusemos o Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2020, visando sustar os efeitos da declaração de déficit atuarial feita em 19 de junho de 2020 pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, a qual permite a cobrança de contribuição previdenciária majorada pelos aposentados e pensionistas. Também protocolamos o PL 450/2020 e a Proposta de Emenda à Constituição 6/2021 e estamos pressionando o governador a revogar este confisco.

Essa luta é nossa obsessão e não vamos parar. Agora ou no próximo governo esse confisco vai ter que acabar!



Professora Bebel em Ato na ALESP contra a Reforma da Previdência de Doria



PASSO A PASSO

Abra a câmera do celular como se fosse fazer uma foto. Em aparelhos iPhone aparecerá um link amarelo. Clique e vá para o vídeo. Em Android, o vídeo será aberto ou aparecerá também um link para abrir.



Em defesa da população idosa

Além de lutar contra o confisco, nosso mandato também tomou outras iniciativas. Protocolamos o Projeto de Lei nº 568/2021 que institui políticas públicas em favor da população idosa. Também é nossa iniciativa o PL nº 67/2022, que visa obrigar hospitais públicos e privados que mantenham Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) a disponibilizar meios para que pa-

rentes próximos possam acompanhar o paciente internado de forma presencial.

Como coordenadora da Frente Parlamentar em defesa dos Aposentados, a Professora Bebel reforça seu compromisso com este público, que tem sofrido de forma criminosa ataques aos seus direitos pelo atual governo paulista.

A todos os que nos antecederam no serviço público, rendemos e renderemos sempre nossas mais profundas homenagens e, principalmente, nossa inteira disposição para continuarmos lutando.



LULA E HADDAD CRIARAM O FUNDEB, AGORA PERMANENTE

A formação escolar é um processo contínuo cuja base se inicia na mais tenra idade, ainda na creche, passa pela educação infantil, pelo ensino fundamental e se completa no ensino médio, preparando o(a) jovem para prosseguir seus estudos em nível superior ou na área técnica e tecnológica.

Assim, as políticas para a educação básica não podem ser fragmentadas. Foi com esse entendimento que o Presidente

Lula e o professor Fernando Haddad, então Ministro da Educação, criaram em 2007 o FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Esse fundo destina verbas para todas as etapas da educação básica, desde creches e pré-escolas até o ensino médio, assim como EJA e demais modalidades.

O direito à Educação Infantil de qualidade atende à pauta da mulher trabalhadora. Creches e pré-escolas são fundamentais na formação de nossas crianças e não depósitos, onde essas crianças ficam alojadas sem as menores condições para serem bem atendidas, como a APEOESP denunciou por meio de uma campanha nos anos 90.



Professora Bebel em Audiência Pública
de Lançamento do Fórum pelo Fundeb Permanente

Quero a minha vaga na Creche Municipal!

A vaga na creche e na pré-escola
é um direito da criança e
um dever da Prefeitura.



Educação de qualidade
só com professor valorizado

APEOESP

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filial a CUT e CUT

Campanha da APEOESP em 2010, para se contrapor à
municipalização desenfreada do ensino fundamental





Audiência Pública de Lançamento
do Fórum pelo Fundeb Permanente

FUNDEB permanente foi conquistado com luta

Com o fim de sua vigência de dez anos e sob ameaça de ser extinto pelo governo Bolsonaro, nosso mandato e o arco de entidades que o apoiam lutaram e conquistaram o novo FUNDEB, ainda melhor, porque se tornou permanente, aumentou as verbas, melhorou a fiscalização e o controle, vinculou 5% do total para a educação e aumentou de 60% para 70% a parte destinada à valorização dos profissionais. Além de outras melhorias.

Criamos, na ALESP, o Fórum Estadual pelo FUNDEB Permanente. No lançamento, em 2019, estiveram presentes três ex-Ministros da Educação, deputados fede-

rais, secretários municipais de educação, prefeitos, vereadores, representantes do Ministério Público e profissionais da educação.

A mobilização da nossa categoria, liderada pela APEOESP, foi fundamental para essa conquista.

Hoje, atuamos em prol de sua correta aplicação aos profissionais da educação, na forma de reajuste e não de abono, mas seus efeitos já se fizeram sentir no bolso dos professores entre o final de 2021 e início de 2022. Lutar pela regulamentação do FUNDEB Permanente em São Paulo, com governança, gestão democrática e transparente, é lutar por um projeto de Estado inclusivo, justo e próspero para as filhas e filhos do povo paulista!





Com nosso saudoso amigo Valdemar Correr, contra pedágios, em 2020

PEDÁGIOS, NÃO!

Mesmo antes de nossa eleição em 2018 já lutávamos contra a proliferação de pedágios na região de Piracicaba e em todo o estado.

Um deputado de Piracicaba chegou a dizer que eu mentia quanto à instalação de mais pedágios na região, mas eles vieram. Com nossa mobilização conseguimos descontos progressivos em função do número de passagens dos moradores pelos pedágios.

Continuamos lutando contra a política de pedágios instituída pela dupla Doria/Rodrigo Garcia, que enriquece concessionárias, aumenta preços e prejudica a população.



PM de Doria barra a "Caminhada em defesa da Vida", em 2020

EM DEFESA DO IAMSPE. SAÚDE PARA TODOS

Lutar por saúde pública de qualidade para toda a população - direito social consagrado pela Constituição Cidadã de 1988 - é um dos compromissos mais importantes do nosso mandato. Por isso, atuamos em conjunto com os companheiros e companheiras do Sindisaúde, da CCM-IAMSPE, AFIAMSPE, AMIAMSPE, fóruns populares de saúde e todos os demais segmentos ligados ao setor.

Preservar a saúde é cada vez mais importante frente à pandemia e novas ameaças que surgem a cada momento.

O Sistema Único de Saúde mostrou sua inequívoca importância durante a pandemia, apesar de todos os ataques e cortes de verbas que sofreu e sofre. Defendê-lo é dever de todos nós, porque o

SUS é essencial à fruição do direito à Saúde e à Vida.

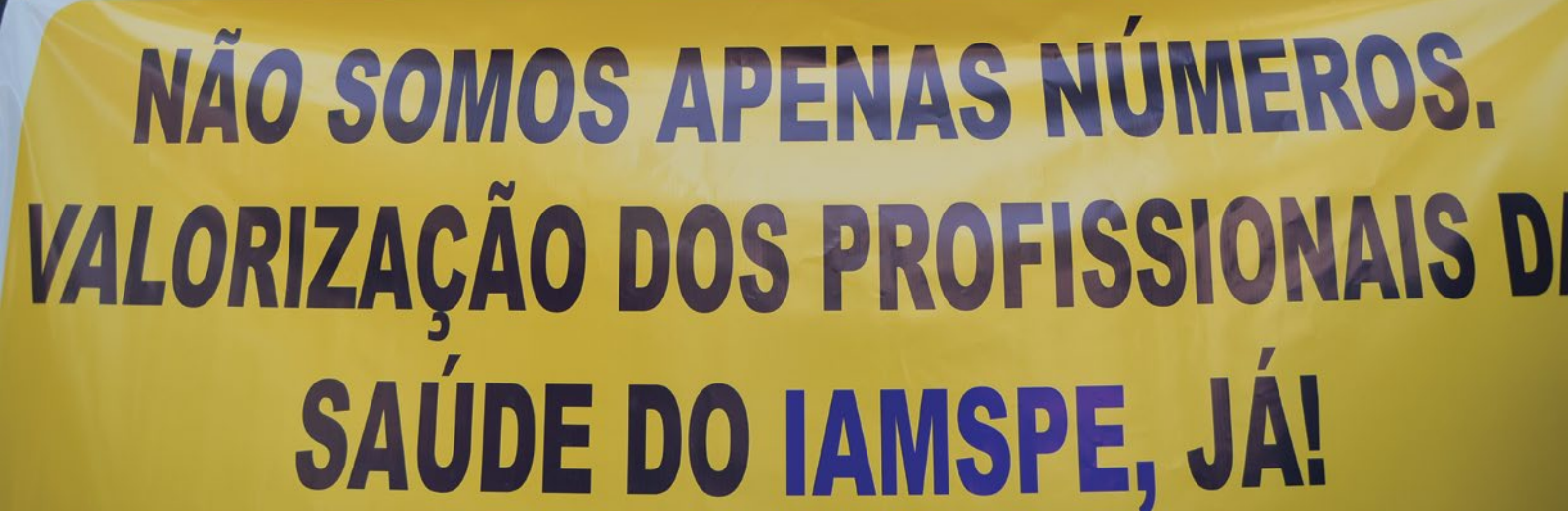
O IAMSPE É NOSSO!

No caso do funcionalismo estadual, é preciso defender com todas as forças o nosso IAMSPE, lutando sempre para ampliar, melhorar e descentralizar o atendimento. E é o que temos feitos incansavelmente.

O IAMSPE é sustentado pelas contribuições do funcionalismo, que deve geri-lo por meio de um Conselho de Administração paritário. Nosso mandato está totalmente empenhado nessa luta, assim como para instalar a CPI do IAMSPE, que deve investigar denúncias de desvios e favorecimentos no Hospital do Servidor Público Estadual.

Nosso mandato parlamentar foi o único a destinar R\$ 100.000,00 ao IAMSPE em 2022, por meio de emenda parlamentar.

Ato em defesa do IAMSPE - Novembro/2021



**NÃO SOMOS APENAS NÚMEROS.
VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
SAÚDE DO IAMSPE, JÁ!**

QUEREMOS CARREIRA. NÃO AO SUBSÍDIO!

Pela revogação da LC 1374/2022

Não há que se falar em serviços públicos sem valorização dos servidores estaduais e municipais. Da mesma forma, não se faz política pública educacional de qualidade se faltam aos profissionais da Educação carreira justa e remuneração adequada.

Uma das mais importantes lutas que nosso mandato popular empreendeu e empreende juntamente com os profissionais da Educação é por carreira que seja capaz de remunerá-los condignamente e de atrair e reter talentos. Lutamos, por isso, contra a implementação da remuneração por subsídio (Lei Estadual n. 1.374/2022).

O pagamento por subsídio desmonta a carreira dos professores, tira direitos his-

tóricos, como quinquênio e sexta-parte, e torna a evolução funcional dependente de avaliações subjetivas, que desprezam a experiência e o tempo de serviço.

E quer saber mais? O custo da implementação do subsídio é igual ao da aplicação correta do piso salarial nacional, por meio de reajuste para todos os professores.

Pela aprovação do PL 440/2022!

Nosso mandato protocolou na ALESP o Projeto de Lei 440/2022, que visa recuperar os direitos que foram suprimidos pelo Governo do Estado. Entre os direitos a recuperar e estabelecer, estão:

- a) Faltas abonadas;
- b) Faltas aulas;
- c) Faltas médicas na medida adequada;
- d) Consideração do tempo de serviço como mecanismo evolutivo;



- e) GTN no valor de 20%;
- h) A contagem do tempo de serviço para fins de adicionais quinquenais e sexta-parte;
- i) Respeito à jornada do Piso;
- j) Volta do ATPL.

Sobre as faltas abonadas, é preciso deixar claro que não se trata de privilégio e sim direito, porque trabalhamos 28 dias ao ano não remunerados e, apesar disso, nos foi retirado o direito a 6 faltas abonadas, o que significou também um ataque ao direito de participarmos das atividades de nossos sindicatos.

PLANO ESTADUAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTÁ NA ALESP

Nós lutamos pela valorização de todos os servidores públicos. Por isso, cumprimos nosso compromisso de protocolar na ALESP o projeto de Plano Estadual do Servidor Público - PESP, elaborado em conjunto com as entidades representativas do funcionalismo. Trata-se de uma política de Estado que pretende perenizar conquistas e blindar o serviço público contra retrocessos a cargo do governo de ocasião.

Vamos juntos valorizar os servidores e melhorar os serviços públicos!



VAMOS JUNTOS



PELO BRASIL

EPOR

SÃO PAULO



13

ALCKMIN VICE



Visita ao Assentamento Luiz Beltrame



Sempre ao lado dos trabalhadores do campo pela reforma agrária

A ESCOLA PODE SER UM POLO DE COMBATE À FOME

A questão de segurança alimentar e alimentação escolar não é nova no Brasil. A primeira legislação data de 1955 (Decreto 37.106/1955); Desta época até 1979, vigorou a Campanha de Alimentação Escolar, que neste ano passou a se denominar Plano Nacional de Alimentação Escolar. Em 2010 o Direito Humano à Alimentação Adequada é incluído na Constituição Federal e, também em 2010, com Fernando Haddad à frente do Ministério da Educação, há uma ampliação do PNAE, que chegou a atender mais de 45 milhões de escolares, com merenda de qualidade.

Hoje, lamentavelmente, o Brasil voltou ao mapa da fome por responsabilidade do governo Bolsonaro e seus aliados. Mais de 33 milhões de pessoas passam fome no nosso país. No total, mais de 125 milhões convivem com algum tipo de insegurança alimentar.

Preocupada com essa situação, a Professora Bebel apresentou o Projeto de Lei 891/2019, instituindo o Programa Estadual de Alimentação Escolar, para garantir alimentação adequada a milhões de crianças e jovens. O projeto foi aprovado pela ALESP e vetado por Doria.

Lutamos por alimentação de qualidade para os estudantes e também para que os professores possam se alimentar adequadamente nas escolas.

Nossa luta é pela derrubada deste veto.



Professora Bebel com a cozinheira Janaína Rueda e Cleide Alves, presidenta da UNAS Heliópolis

PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO. POR UM PROJETO EDUCACIONAL PARA A JUVENTUDE

Juntamente com APEOESP, estudantes, outras entidades da educação e movimentos sociais, nosso mandato luta contra os programas que excluem estudantes das escolas e rebaixam a qualidade do ensino.

O chamado “novo” ensino médio não oferece qualidade de ensino à nossa juventude, é preciso revogar a reforma do ensino médio e adotar um modelo que alie ensino, cultura, tecnologias, esportes e forme os jovens para prosseguirem estudos, para o mundo do trabalho e para a cidadania. Todos os estudantes devem ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado.

O Programa de Ensino Integral - PEI, não é a educação integral que defendemos. Estudantes que trabalham ou desenvolvem outras atividades ficam sem opção. A estrutura não é adequada e não está resultando em mais qualidade.

A transformação de escolas regulares em escolas cívico-militares é inaceitável. Vamos lutar até o fim para que esse programa do governo federal, aceito pelo Governo de São Paulo, deixe de existir.

Também está na nossa pauta a luta para que todos os estudantes tenham direito ao conhecimento que não puderam acessar durante a pandemia, porque o governo não lhes deu condição para isso. Assim, é preciso que seja organizado um verdadei-

ro mutirão, com a contratação de professores capacitados e a criação de espaços nos contraturnos.

EM DEFESA INCONDICIONAL DA VIDA, SEMPRE!

Durante a pandemia da COVID-19, coordenamos, junto com a bancada do PT na ALESP, um plano emergencial de enfrentamento da COVID-19. Vários dos pontos desse plano foram acatados pelo Governo do Estado.

Lutamos e conseguimos antecipar a vacinação dos profissionais da Educação.

Conseguimos, junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, obrigar o governo a fazer testagens em massa em casas de repouso e também em aldeias indígenas, protegendo grupos vulneráveis à doença.

Protocolamos diversos projetos de lei pedindo especial atenção aos servidores públicos de serviços essenciais, mais expostos a risco de contágios.

Movemos uma ação judicial contra o governo e obtivemos liminar para proibir a volta às aulas presenciais em plena pandemia. Pressionamos muito para que isso só acontecesse depois da vacinação em massa de profissionais da Educação, conseguindo vitórias importantes.

Mobilizamos debates de alto nível com profissionais médicos infectologistas e arquitetos, visando melhorar a infraestrutura das escolas e adequá-las à nova realidade sanitária.

Temos muito orgulho de ter defendido o direito à vida, sem esmorecer.

PRINCIPAIS AÇÕES

Comissão de Educação e Cultura

Presidenta: 2019/2020

Efetiva: 2021/2022

- Criação de uma Metodologia de Avaliação e Monitoramento do Plano Estadual de Educação e Nacional;
- Formação do Comitê Gestor Estadual da Lei Aldir Blanc no estado de São Paulo;
- Apresentação de orçamento e prestação de contas com a presença dos Secretários da SEDUC e SEC;
- Realização de audiências públicas em defesa do Novo Fundeb;
- Defesa incondicional dos direitos dos Profissionais da Educação do Estado do São Paulo;
- Apresentação de centenas de Proposituras, Audiências Públicas, Mobilizações e Atos Públicos;
- Reuniões com as autoridades e lideranças de representação, legislativas e executivas;
- Visitas a inúmeras escolas estaduais;
- Defesa incondicional da vida: Fechamento de escolas, Vacinas para os profissionais da Educação, Vacinação dos alunos;
- Reivindicações de condições sanitárias nas escolas;
- Propostas de higiene e distanciamento social nas instituições educacionais;

- Acesso as condições para o trabalho docente remoto;
- Defesa das categorias terceirizadas;
- Acesso às famílias a computador\internet;
- Defesa da utilização de aulas através meios de comunicação como Rádio e TV.
- Amplo debate sobre os impactos do Programa de Ensino Integral e “novo” Ensino Médio e demais políticas apresentadas pelo Governo do Estado e Federal;
- Alimentação Escolar: PL 891/2022 aprovado e vetado pelo Governador João Doria.

Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres

Efetiva: 2019/2020

Defesa incondicional dos direitos da Mulheres:

- Luta permanente de combate aos ataques machistas, homofóbicos, misóginos e sexistas na Alesp e nos espaços da sociedade em geral;
- Em destaque o projeto de lei 492/2021 que cria um programa habitacional de âmbito estadual, com reserva de unidades para mulheres em situação de violência doméstica e o projeto de lei 286/2020 que institui o Programa Rede Segura, de combate à violência doméstica no Estado;
- Eleita e reeleita como Procuradora da Mulher da ALESP;

NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DE TODO O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Encontro com Professores em Caraguatatuba - 2022



- Apoio às casas de proteção as mulheres nos municípios;
- Apoio à patrulha Maria da Penha;
- CPI da Violência contra Estudantes Universitárias, onde foi incorporado e aprovado no relatório final o PL 286/2020 (Programa Rede Segura) de autoria da Professora Bebel;
- Dignidade Íntima - apresentação do PL 527/2021, que institui a distribuição de absorventes a adolescentes e mulheres de baixa renda. Com apoio da Professora Bebel e da bancada do PT, a Alesp aprovou projeto do Governo no mesmo sentido (Programa Dignidade Íntima).

Foram dezenas de Audiências Públicas, Mobilizações, Atos Públicos.

Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

Efetiva: 2019/2020 e Suplente: 2021/2022

Defesa dos Direitos Humanos, exercício pleno da cidadania, inclusão social.

- Nosso mandato apoiou e contribuiu para a aprovação da criação da Polícia Penal na ALESP.

Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho

Efetiva: 2019/2020 e Suplente: 2021/2022

- Defesa dos direitos dos servidores públicos;
- Precatórios;
- Aposentados;
- Contra as demissões dos servidores públicos;
- Contra privatização e terceirização do serviço público.



Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação

Efetiva: 2019/2020

e Suplente: 2021/2022

- Defesa do Direito Constitucional da autonomia Universitária;
- Denúncia permanente e defesa dos ataques aos Professores Universitários e Gestores das Universidades Públicas do Estado de SP;
- Realização de Audiências Públicas sobre o orçamento das Universidades Públicas.
- Cobrança do governo federal pelo sucateamento das Universidades Públicas e órgãos de pesquisa e extensão.
- Defesa dos direitos da Juventude e estudantes universitários, bem como de suas organizações representativas;

CPI da Gestão das Universidades Públicas de SP

Elaboração de Voto em Separado na CPI das Universidades reafirmando o caráter público, gratuito e inclusivo da Educação Públicas de nível Superior;

Cálculo da quota parte repassada às universidades considerando recursos provenientes do total do produto do ICMS arrecadado pelo Estado. (Item do Voto em Separado incorporado ao relatório final da CPI).

Fortalecimento da autonomia das universidades públicas paulistas. (Item do Voto em Separado incorporado ao relatório final da CPI).

Não criminalização de professores, funcionários, estudantes e reitores das univer-

sidades pelos problemas financeiros das instituições. (Item do voto em separado incorporado ao relatório final da CPI das Universidades).

CPI da Violência contra as estudantes universitárias

Aprofundamos e denunciemos o Machismo Estrutural que se retrata nas instituições superiores de ensino.

O relatório final apresentou, além das iniciativas já existentes nas universidades públicas e privadas, maior segurança e ações de combate a violência nos Campi Universitários;

Coordenadora das Frentes Parlamentares

Em Defesa dos Aposentados, Pensionistas e Idosos

PROFESSORA BEBEL

ATO DO PRESIDENTE - ALESP nº 71, de 16/12/2020 Contra o confisco dos Aposentados - PDL 39/2020

Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE

PROFESSORA BEBEL

ATO DO PRESIDENTE - ALESP nº 137, de 06/05/2019

Frente Parlamentar pela Renda Básica de Cidadania

PROFESSORA BEBEL

ATO DO PRESIDENTE - ALESP nº 60, de 21/09/2020



Passeata na Avenida Paulista,
no Dia Internacional das Mulheres

Condições dignas de sobrevivência as famílias em vulnerabilidade, moradores de rua, especialmente durante a pandemia.

Apresentação do PL

Frentes Parlamentares em que participa como membro

1. Frente Parlamentar pela Primeira Infância
2. Frente Parlamentar em Defesa da Vida das Mulheres
3. Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Juventude

4. Frente Parlamentar em Defesa do Turismo e dos Municípios de Interesse Turístico e Estâncias Paulistas

5. Frente Parlamentar sobre Privatização e em Defesa do Patrimônio e dos Serviços Públicos de Qualidade

6. Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas LGBTQIA+
Vice-Coordenadora

Autora da CPI do IAMSPE

Protocolou Requerimento para a instalação de CPI com o objetivo de investigar irregularidades em terceirizações e privatizações no IAMSPE.





Professora Bebel na Audiência Pública
Funcionários Públicos contra os PLCs 02 e 03

Como apoiadora, participa de mais 35 Frentes, entre as quais: defesa da população LGBTQIA+, dos direitos dos povos indígenas, mulheres, agricultores familiares, economia solidária, direitos dos consumidores.

Os principais temas debatidos nas Audiências Públicas/Atos Solenes e Reuniões 2019/2022

- Audiência Pública Merenda Escolar
- Audiência Pública PL 331/19 - Educação
- Audiência Pública sobre Universidade em Debate
- Audiência Pública Regional sobre Mulheres e Reforma da Previdência
- Audiência Pública Plano Estadual de Educação
- Encontro emergencial de escolas de

Tempo Integral

- Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE e Audiência Pública da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE
- Reunião do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)
- Reunião para tratar do PL 899/2019
- Reunião da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE
- Reunião sobre precatórios
- Lançamento do Fórum FUNDEB permanente
- Audiência Pública PL 899/2019
- Audiência Pública LGBTQIA+: Nossa Luta por Direitos
- 9º Encontro Nacional de Síndrome de Willians

- Audiência Pública Reforma da Previdência
- Audiência Pública pela Cultura
- Recepção aos convidados para solenidade de entrega do Prêmio Inezita Barroso
- Sessão Solene em homenagem aos 40 anos do Partido dos Trabalhadores
- Audiência Pública Serviço de Atendimento às Mulheres
- Audiência Pública “Retirada dos direitos dos trabalhadores”
- Audiência Pública - A Cultura e a Lei Aldir Blanc no Estado de São Paulo
- Audiência Pública - Verdades e valores em tempos de anormalidades pandêmicas e políticas
- Audiência Pública - Terceirização dos CEUs na Cidade de São Paulo
- Audiência Pública em Defesa dos Aposentados
- Audiência Pública - Demissões de Funcionários Públicos no Estado de São Paulo
- Audiência Pública - O Velho Novo Ensino Médio no Estado de São Paulo
- Audiência Pública - A Reforma Administrativa de Bolsonaro vai acabar de vez com os direitos dos servidores públicos! Venha conhecer!
- Audiência com os Professores do Estado Categoria O
- Audiência Pública do Dia Mundial do Orgulho LGBT
- Audiência Pública - Surto de Dengue em Tatuí
- Audiência Pública - Tema Habitação
- Audiência Pública - Defesa do Iamspe
- Audiência Pública - Regiões Metropolitanas
- Audiência Pública - Autismo
- Audiência pública sobre a garantia dos direitos dos servidores públicos estaduais
- Sessão Solene - 100 Anos de Paulo Freire, História e Legado
- Sessão Solene - Homenagem do Dia das Professoras e Professores.
- Sessão Solene de Lançamento do Livro Memorial da Verdade
- Audiência Pública Plano de Carreira do Magistério Estadual
- Audiência Pública - Sindicalismo contra os PLCs 02 e 03.



Professora Bebel na Audiência Pública
Universidades em Debate



Professora Bebel, com Erica Malunguinho (Deputada estadual/PSOL) e Alexandre Padilha (Deputado Federal/PT) - entre outros -, na Audiência Pública LGBTQIA+. “Nossa luta por direitos”

FIZEMOS MUITO COM POUCO. LUTAMOS PARA FAZER MAIS

“Os recursos públicos precisam chegar onde o povo está”.



Um dos princípios fundamentais do nosso mandato popular é a transparência, ao lado do diálogo permanente, olho no olho, com a população paulista.

Outro princípio que nos é caro é o desenvolvimento regional. Os recursos públicos precisam chegar onde o povo está e as emendas orçamentárias tornaram-se importante instrumento de democratização do orçamento, especialmente com a criação das emendas impositivas, em 2017, que o governo é obrigado a pagar.

Pelas normas orçamentárias e regimentais, **cada deputado e deputada tem R\$ 6 milhões ao ano em emendas. Entretanto, há deputados e deputadas**



que recebem muitos outros milhões em emendas para aprovar projetos contra a população e o funcionalismo. É orçamento secreto do Estado de São Paulo.

Isso precisa acabar. Com transparência orçamentária, teremos mais recursos para direcionar emendas para muitos mais Municípios e entidades que realizam trabalhos socialmente relevantes.

TATUI - Quando na liderança da Bancada do PT, a Professora Bebel destinou, pela primeira vez, R\$ 3 milhões do orçamento estadual para o Conservatório Municipal

IAMSPE - nosso mandato destinou uma emenda de R\$ 100.000,00 para o Instituto.

**CHEGA DE
ORÇAMENTO
SECRETO E
FAVORECIMENTOS!**

MEUS COMPROMISSOS

Na legislatura que ora se encerra, nosso mandato popular teve atuação orientada a partir dos compromissos assumidos na campanha de 2018. Os itens abaixo foram objeto de projetos de lei e outras iniciativas parlamentares, tais como audiências públicas, destinação de emendas, indicações, ofícios e requerimentos de informação junto ao Poder Executivo.

No percurso do mandato, surgiram novas demandas a partir de intenso diálogo com a base. Elas foram integradas aos eixos e, conjuntamente com os demais itens, pautarão nossas ações futuras.

I. ATUAÇÃO POLÍTICA

1. Em defesa da democracia e do Estado de Bem-Estar Social

- Defesa da Democracia;
- Defesa da Constituição Cidadã de 1988;
- Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Defesa da Soberania Nacional;
- Apoio à luta popular pelas reformas estruturais: reforma política, reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária;
- Apoio à revogação da Emenda Constitucional 95, que restringiu investimentos públicos por 20 anos;
- Defesa do sistema de Justiça e de seus serventuários. E também: luta

contra o fechamento de varas da Justiça do Trabalho. O primeiro pode ir no funcionalismo público e o segundo na atuação política.

II. DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E COLETIVOS

1. Pelo direito à Educação

- Com movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil ampliar o movimento pela implantação do Plano Estadual de Educação;
- Lutar por uma Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade;
- Desenvolver mecanismos que garantam a Gestão Democrática da Educação;
- Desenvolver mecanismos eficazes de financiamento das universidades públicas;
- Lutar pela garantia de creches e pré-escolas para todas as crianças;
- Lutar por uma escola que atenda às necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora;
- Lutar pela derrubada do veto ao Projeto de Lei 891/2019 (Programa Estadual de Alimentação Escolar) para uma alimentação escolar de qualidade, priorizando a aquisição de gêneros junto à agricultura familiar, orgânica e/ou cooperativas de agricultores;
- Lutar pela revogação da reforma do ensino médio, PEI e demais programas excludentes;



Aniversário da Professora Bebel em Heliópolis

- Por um projeto educacional para a Fundação Casa com valorização efetiva dos funcionários e professores que ali atuam;
- Por um plano de reformas e construções para implementar nas escolas um projeto arquitetônico ambientalmente saudável e que as torne atraentes para os estudantes;
- Pela implementação de novas tecnologias que modernizem digitalmente o processo ensino-aprendizagem nas escolas.

2. Pelo direito à Saúde

- Pleno acesso à saúde pública e gratuita de qualidade para todas e todos;

- Fortalecimento do Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo;
- Construção e reforma dos equipamentos de saúde em São Paulo;
- Exigir a cota parte de 3% do governo na manutenção do IAMSPE;
- Pela implantação do Conselho de Administração paritário entre governo e funcionalismo no IAMSPE;
- Exigir a instalação da CPO do IAMSPE para apurar irregularidades.

3. Pelo direito ao Emprego

- Por emprego, salário e qualidade de vida para todos;
- Apoio à revogação da reforma trabalhista;



- Apoio à revogação da lei das terceirizações;
- Pelo direito à aposentadoria - contra a reforma da previdência;
- Apoiar o fortalecimento da organização sindical;
- Retomar a luta pelas frentes de trabalho no estado de São Paulo.

4. Pelo direito à Moradia

- Desenvolver medidas para garantir a aplicação do Estatuto da Cidade e do Estatuto da Metrópole em São Paulo;
- Defender a prioridade para a população de baixa renda nos programas habitacionais estaduais;
- Propor medidas de estímulo à política habitacional na região central das cidades;
- Desenvolver parâmetros de controle e captura de mais valias urbanas, decorrente de investimento público, nas cidades paulistas;
- Lutar pelo investimento de pelo menos 1% do ICMS na implantação de programas habitacionais;
- Criar mecanismos legais que facilitem a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários;
- Defender a implantação do Conselho Estadual das Cidades, de caráter deliberativo e paritário.

- Prosseguir lutando contra a reintegrações de posse e despejos da população vulnerável;
- Lutar pela criação do Fundo de Proteção ao Servidor Público Estadual (FPSP), cujos recursos serão utilizados para financiamento de moradia para os Servidores Públicos da ativa e aposentados.

5. Pelo direito à Cultura

- Apoiar o fortalecimento da relação e integração dos equipamentos da Educação e da Cultura em São Paulo;
- Propor mecanismos para o financiamento dos coletivos de cultura da periferia;
- Propor mecanismos para o financiamento dos artistas independentes;
- Lutar pela efetiva implementação das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo no Estado de São Paulo

III. PELO DIREITO AO MEIO AMBIENTE, À AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO À POPULAÇÃO INDÍGENA

1. Defesa e proteção do meio ambiente e dos animais

- Desenvolver políticas públicas para a preservação ambiental no Estado de São Paulo;



**Audiência Pública na ALESP
contra a Reforma da Previdência de Dória**

- Propor medidas para investimentos em fontes de energia renováveis, não poluentes e que não degradem o meio-ambiente;
- Propor medidas para ampliar a efetiva fiscalização e proteção ao meio-ambiente;
- Desenvolver mecanismos de geração de emprego e renda por meio da sustentabilidade;
- Desenvolver mecanismos de estímulo ao turismo ecológico;
- Apoiar políticas públicas para a proteção dos animais, incluindo políticas de castração de cães e gatos;
- Apoiar as políticas educativas para a proteção ambiental e dos animais.

2. Direito à terra e alimentação para todos

- Lutar pela ampliação dos programas de reforma agrária e assentamentos no Estado de São Paulo;
- Propor políticas de financiamento e crédito à agricultura familiar e ao pequeno produtor;
- Ampliar programas de assistência técnica e equipamentos à agricultura familiar e assentamentos;
- Lutar por políticas de comercialização da produção da agricultura familiar;
- Lutar contra reintegrações de posse e remoção de assentamentos;
- Revogar o PL 277 (grilagem de terras).



IV. INFRAESTRUTURA

- Pela recuperação e ampliação da malha ferroviária em todo o estado, para reduzir valores dos fretes e despesas com manutenção das rodovias;
- Pela revisão da política de pedágios e redução das tarifas.

V. DEFESA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

1. Pela valorização dos profissionais da Educação

- Lutar pela correta aplicação da lei do piso salarial profissional nacional (salário e jornada) no Estado e Municípios;
- Lutar pela aplicação de 70% dos recursos do FUNDEB em reajustes sa-

lariais e valorização dos profissionais da educação no Estado e Municípios;

- Lutar pela garantia da equiparação salarial dos profissionais da educação com os demais profissionais com formação superior (meta 17 - PNE/PEE);
- Lutar para garantir o cumprimento de decisões judiciais que assegurem a valorização dos profissionais da educação;
- Lutar por carreira justa para os profissionais da educação e pela revogação da Lei Complementar 1374/2022 (Remuneração por subsídio e demais medidas);
- Lutar pelos direitos dos professores temporários, por uma forma de contratação que assegure igualdade em relação aos efetivos;
- Fiscalizar a garantia de atendimento de saúde digno a todos os profissionais da Educação;



- Lutar pelos direitos dos readaptados;
- Assegurar aos professores da categoria os mesmos direitos dos efetivos e professores da categoria F até que haja concursos (estratégia 18.20 do PEE);
- Cobrar mais concursos públicos para todos os cargos e áreas do funcionalismo público estadual;
- Fiscalizar e cobrar condições de trabalho em todas as escolas;
- Apoio ao fim da lei das faltas médicas.

2. Pela valorização do funcionalismo público estadual

- Fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas;
- Lutar pela reconstituição dos direitos que foram retirados pelo Governo do Estado;
- Lutar pela reposição salarial e aumento real de salários para todo o funcionalismo público;
- Fiscalizar a instituição efetiva da negociação coletiva no estado de São Paulo, por meio de uma mesa permanente, paritária, entre governo e entidades;
- Cobrar concursos públicos para todos os cargos nos serviços públicos;
- Apoiar o fim das terceirizações;
- Fiscalizar a oferta de saúde digna aos servidores públicos;

- Apoiar a descentralização do atendimento médico para todas as regiões do estado de São Paulo;
- Defender o controle social da gestão do IAMSPE.

3. Pela aprovação do Plano Estadual do Servidor Público - PESP (Projeto de Lei 380/2022)

- Assegurar mecanismos de valorização salarial e profissional a todos os servidores;
- Lutar pela instituição de um piso para a Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- Fiscalizar a garantia de condições de trabalho;
- Atualizar os planos de carreira e incrementar os pisos salariais;
- Garantir suporte psicológico a todos os servidores;
- Lutar por isonomia salarial;
- Garantir políticas que atendam às necessidades das servidoras públicas;
- Apoiar e fiscalizar o combate a todas as formas de discriminação.

VI. DEFESA DOS GRUPOS SOCIAIS OPRIMIDOS

1. Em defesa dos direitos das mulheres

- Desenvolver ações de combate à misoginia, o racismo, a lesbofobia e a

- exploração de meninas, adolescentes e mulheres;
- Defender a emancipação e autonomia econômica, social, pessoal, cultural e política das mulheres;
- Apoiar os movimentos sociais, populares e organizações que lutam pelas mulheres e sua emancipação;
- Lutar pela igualdade de salários e direitos no mundo do trabalho, na área pública e privada;
- Defender a Educação para igualdade e cidadania com foco no respeito e solidariedade e combate à violência, à misoginia e à discriminação;
- Lutar pela universalização de creches e pré-escolas, inclusive no horário noturno, para a mãe trabalhadora;
- Defender medidas do direito à Educação das mães adolescentes;
- Defender o direito das mulheres por políticas públicas de Saúde Integral, Direitos sexuais e Direitos reprodutivos;
- Desenvolver instrumentos legais para humanização dos partos e a redução da mortalidade materna e neonatal;
- Desenvolver políticas de atendimento humano e especializado às vítimas de violência sexual;
- Lutar pela criação de uma Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no estado de São Paulo (Projeto de Lei 286/2020);

- Apoiar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e a criação de um Conselho dos Direitos da Mulher no Estado;
- Apoiar medidas de equidade de participação das mulheres que atuam em eventos culturais com a participação do governo estadual;
- Lutar pela dignidade íntima - garantia de distribuição de absorventes íntimos para todas as adolescentes e mulheres de baixa renda.

2. Em defesa dos direitos das crianças e dos jovens

- Formular políticas de atenção prioritária para a juventude periférica;
- Aperfeiçoamento das políticas públicas de adoção de crianças;
- Desenvolver mecanismos de humanização dos abrigos;
- Formulação de políticas de apoio ao emprego para a juventude;
- Formulação de políticas de apoio financeiro e psicossocial de permanência estudantil no ensino médio e superior;
- Lutar por ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora;
- Por um projeto educacional para a juventude.

3. Direito à igualdade da população negra e combate ao racismo

- Desenvolvimento de uma Política Estadual de atenção à população negra para assegurar a igualdade, especialmente no acesso ao trabalho e renda;
- Pela instituição do Programa SOS Racismo no Estado de São Paulo (Projeto de Lei 779/2019);
- Pelo fim de qualquer manifestação de racismo no futebol e todos os esportes;
- Lutar para aperfeiçoar e ampliar as políticas de cotas raciais para ingresso na universidade;
- Desenvolver mecanismos para a permanência deste segmento na Educação pública;
- Fiscalizar a efetividade da Lei 10.639/2003, que trata do ensino da história da África no currículo escolar;
- Desenvolver medidas para coibir a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana.

4. Em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+

- Formulação de uma Política Estadual para a Diversidade;
- Apoiar ações de combate a LGBTfobia e bullying nas escolas;
- Desenvolver medidas para assegurar dignidade aos LGBTQIA+ idosos;
- Apoiar a ampliação dos centros de referência LGBTQIA+ em todo o estado de São Paulo.

5. Pela inclusão de pessoas com deficiência

- Fomentar políticas públicas multisetoriais de atenção às pessoas com deficiência;
- Garantir a formação em libras para todos os professores das redes públicas;
- Lutar pelo apoio do poder público aos atletas paraolímpicos no estado de São Paulo;
- Pelo financiamento às APAES - que os recursos sejam encaminhados antes do gasto - com posterior prestação de contas

6. Pelos direitos dos idosos

- Intensificar o trabalho pelo fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas;
- Trabalhar pela plena aplicação do Estatuto do Idoso;
- Desenvolver uma Política Estadual de Atenção ao Idoso, envolvendo o acesso à Educação, Saúde, Moradia, Trabalho, Transporte, Cultura e Lazer;
- Apoiar centros de referência para os idosos em todo o estado.



Na Avenida Paulista, em luta pela educação e serviços públicos



Nossa voz mais forte na Alesp



Sempre presente nas lutas das mulheres, Manifestação do dia 8 de março



Deputada Professora Bebel e Professor Douglas Izzo na manifestação #18ADiadeLuta



Sempre ao lado dos trabalhadores do campo pela reforma agrária



Cumprimentando nosso pré-candidato ao governo estadual, Fernando Haddad, no lançamento do Calendário de Lutas das Centrais Sindicais, Março/2022



Professora Bebel fala aos estudantes no Congresso da UNE - 2019



Ato em defesa dos Professores, dos Servidores e dos Serviços Públicos, Março/2022



Visita a assentamento do MST, Renovação do compromisso com a luta pela terra



Com o ex-ministro e deputada federal Alexandre Padilha



Manifestação #18ADiadeLuta



Apoiando as lutas do Movimento dos Atingidos por Barragens



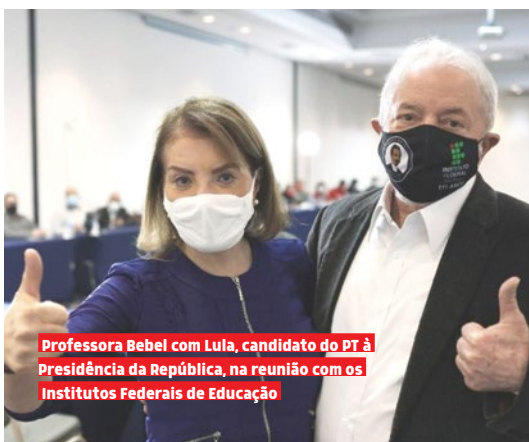
Com a filha Maria Manuela, na cerimônia de posse, em 2019



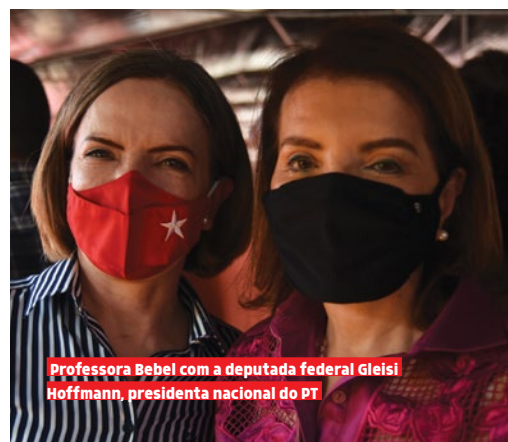
Com o deputado federal Alencar Santana, Lançamento do Fórum pelo Fundeb permanente, 2019



Presidindo a Comissão de Educação e Cultura, em 2020



Professora Bebel com Lula, candidato do PT à Presidência da República, na reunião com os Institutos Federais de Educação



Professora Bebel com a deputada federal Gleisi Hoffmann, presidenta nacional do PT



Sempre presente na luta dos professores, Assembleia da Categoria - na Avenida Paulista



Com o deputado federal Alexandre Padilha em Seminário das Mulheres da UNAS - Heliópolis/2019



Audiência Pública LGBTQIA. "Nossa luta por direitos"



Na luta por moradia e contra os despejos, carinho especial com as crianças



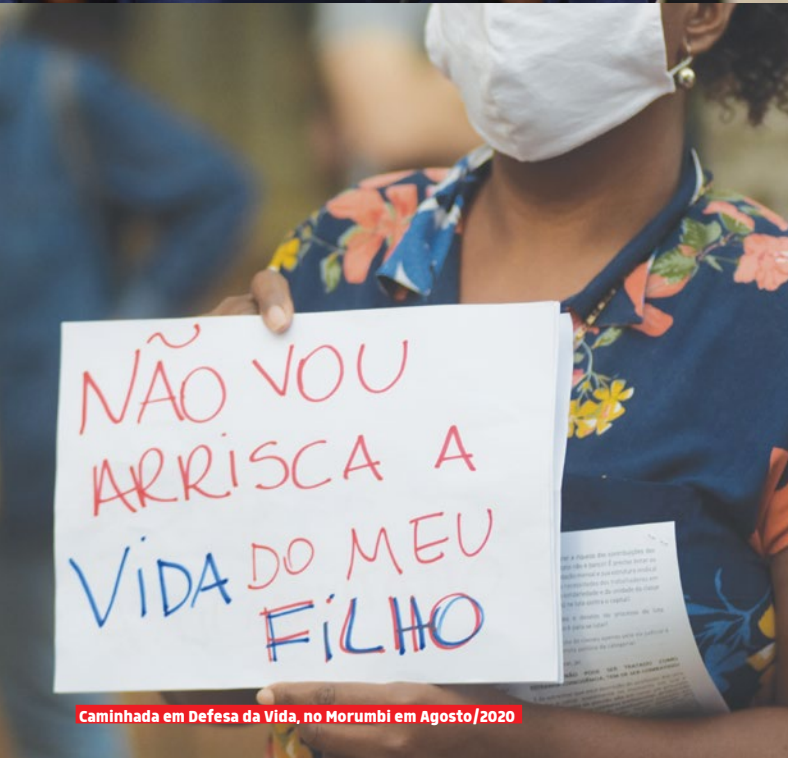
Sempre na luta em defesa da vida, direitos, democracia e cidadania



Professora Bebel em
Ato em defesa do hospital Darcy Vargas



Visita à EMEF Carlos Augusto Queiroz Rocha



Caminhada em Defesa da Vida, no Morumbi em Agosto/2020



Professora Bebel, Ato em defesa do IAMSPE
Novembro/2021



Ato em defesa do IAMSPE - Novembro/2021



Professora Bebel, sempre em defesa da vida. Carreata,
Palácio dos Bandeirantes - Agosto/2020

ANEXO

PRINCIPAIS PROPOSITURAS DO PRIMEIRO MANDATO DA DEPUTADA PROFESSORA BEBEL, DIVIDIDOS POR EIXOS:

ATUAÇÃO POLÍTICA		
PL	EMENTA	DISPONÍVEL EM
331/2019	Assegura o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública estadual.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000260330
194 / 2020	Isenta pessoas físicas e jurídicas do pagamento de tarifas sobre serviços prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias, em razão da pandemia de coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000321703
219 / 2020	Autoriza o Poder Executivo a criar programa de crédito especial desburocratizado para assentamentos e pequenos agricultores do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000321891
450 / 2020	Define os benefícios pagos pela São Paulo Previdência - SPPREV como direitos sociais indisponíveis de seus beneficiários.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000329262
501 / 2020	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000331542

DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

PL	EMENTA	DISPONÍVEL EM
474 / 2019	Altera a Lei nº 11.199, de 12 de julho de 2002.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262226
553 / 2019	Institui o Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264046
747 / 2019	Determina que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000269986
974 / 2019	Autoriza o Poder Executivo a formalizar convênio com os municípios paulistas de modo a possibilitar apoio às Casas Abrigo mantidas por eles, estimulando ainda a sua criação, onde não houver.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000281782
1227 / 2019	Institui a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos - PERA.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000310231
193 / 2020	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas emergenciais face à pandemia de COVID-19.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000321707
195 / 2020	Obriga o Poder Executivo a garantir a segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação durante a pandemia de coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000321704
196 / 2020	Torna obrigatória a antecipação do repasse dos recursos das emendas parlamentares impositivas destinadas a suprir necessidades na área da saúde.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000321705
232 / 2020	Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas que garantam segurança sanitária e alimentar, protejam o trabalho e a atividade produtiva e estabeleçam regime especial de tarifação para os serviços públicos durante o estado de calamidade pública relacionado à infecção causada pelo novo coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000322215

305 / 2020	Isenta da tarifação de serviços prestados por empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transporte coletivo, em caso de decreto de calamidade pública, os trabalhadores da área da saúde e da segurança pública cujas atividades estejam ligadas diretamente ao combate de pandemias ou de outras situações que causem a calamidade.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000323453
348 / 2020	Institui o Projeto de Estímulo à Leitura para os estudantes das escolas públicas do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000324131
487 / 2020	Institui procedimentos a serem observados nas escolas de educação básica e universidades, públicas e privadas, no Estado para que haja o retorno das aulas presenciais, finda a quarentena havida em virtude da infecção causada pelo novo coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000330953
563 / 2020	Regulamenta o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal, no âmbito do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000334140
663 / 2020	Determina a realização de testes em massa para COVID-19 no âmbito do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000342927
756 / 2020	Regulamenta os direitos dos trabalhadores que realizam entregas intermediadas por aplicativos no Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000358159
39 / 2021	Classifica como de Interesse Turístico o Município de Piracicaba.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000359135
76 / 2021	Institui o "Dia Estadual de Luta Pela Vida".	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000360420
76 / 2021	Institui o "Dia Estadual do Direito à Moradia".	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000360421
78 / 2021	Institui a testagem ampla, geral e irrestrita, com uso de instrumentos de teste RT-PCR ou teste de antígenos para COVID-19 em toda a população paulista.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000360423

135 / 2021	Suspende o cumprimento de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultem em despejo, desocupações ou remoções forçadas, enquanto perdurar a pandemia causada pelo agente coronavírus causador da Covid-19.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000362715
167 / 2021	Estabelece medidas de cunho social e sanitário a serem tomadas enquanto perdurar a situação de pandemia no território do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000363424
187 / 2021	Inclui como grupos prioritários para vacinação contra a COVID-19 todos os servidores públicos das Secretarias da Educação, que trabalhem nas escolas ou diretorias de ensino, e da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, militares ou não, em atividade, independentemente da sua idade.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000364231
215 / 2021	Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurantes do Programa Bom Prato nos municípios paulistas com população acima de 100 mil habitantes.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000364848
224 / 2021	Institui o auxílio emergencial estadual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, de que trata o artigo 2º da Lei Federal nº 13.982, de 2 de abril de 2020.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000365380
492 / 2021	Autoriza o Poder Executivo a criar programa habitacional de âmbito estadual.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000380569
547 / 2021	Fixa o prazo para a implementação do disposto na Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000383700
597 / 2021	Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiénicos nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000386269

605 / 2021	Institui o Programa de Autogestão na Moradia, com o objetivo de garantir o protagonismo das famílias organizadas em associações e cooperativas habitacionais.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000386613
635 / 2021	Cria assistência pecuniária destinada às famílias compostas por membros que contribuíam para o sustento familiar e faleceram em virtude da COVID-19.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000387933
7 / 2022	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento do Estado de até R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais), visando o fortalecimento das ações de combate aos efeitos das enchentes enfrentadas no mês de janeiro do corrente ano, especialmente junto às defesas civis dos municípios paulistas.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000429559
17 / 2022	Autoriza a abertura de crédito suplementar ao orçamento do Estado de até R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais), visando o fortalecimento das ações de combate aos efeitos das enchentes enfrentadas no mês de janeiro do corrente ano, especialmente junto às defesas civis dos municípios paulistas.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000429668
67 / 2022	Obriga hospitais públicos e privados que mantenham unidades de Tratamento Intensivo (UTI) a disponibilizar meios para que parentes próximos possam acompanhar o paciente internado de forma presencial.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000431627
PL 450/2020	Define os benefícios pagos pela São Paulo Previdência - SPPREV como direitos sociais indisponíveis de seus beneficiários.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000329262
891 / 2019	Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar no âmbito das unidades de educação básica da rede pública estadual de ensino.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000278968

DEFESA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO PAULISTA

PL	EMENTA	DISPONÍVEL EM
745 / 2019	Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados, e de pensionistas da administração direta e autárquica.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000269980
746 / 2019	Dispõe sobre as ausências de professores aos seus locais de trabalho em virtude de manifestações, paralisações ou greves.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000269981
287 / 2020	Autoriza o Poder Executivo a criar auxílio extraordinário para os servidores públicos admitidos para prestação de serviços eventuais nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, ou da Lei Complementar nº 500, de 13 de novembro de 1974, e aos professores admitidos nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que estejam com seus contratos suspensos durante o período em que perdurar o perigo de contágio em virtude da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000323010
312 / 2020	Veda a redução nos vencimentos dos servidores públicos dos três poderes do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000323659
402 / 2020	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer linha de crédito para que os professores da rede pública adquiram computadores, aparelhos de telefonia móvel e tablets, a fim de que possam desempenhar, com equipamentos adequados, funções docentes enquanto for necessária a prestação de atividade remota, durante o estado de calamidade pública relacionado à infecção causada pelo novo coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000327693

440 / 2020	Estabelece critérios para que se possa apontar ausência dos professores ao expediente enquanto perdurar a necessidade de que as aulas sejam ministradas de modo remoto	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000329175
466 / 2020	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização para administrar os recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000330628
486 / 2020	Fixa diretrizes para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer denominação e o Estado e seus municípios.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000330951
518 / 2020	Estabelece que a servidora pública da administração direta e indireta do Estado fará jus a licenciamento remunerado de 6 meses se houver sido vítima de atos de violência doméstica.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000332156
657 / 2020	Disciplina o apontamento de frequência dos funcionários da Educação aos seus locais de trabalho em virtude de adesão a manifestações, paralisações ou greve	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000342798
733 / 2020	Prioriza os professores no recebimento das vacinas destinadas a imunizar a população do Estado contra a infecção causada pelo Novo Coronavírus.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000357506
763 / 2020	Considera os servidores públicos admitidos nos termos da Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009, contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, desde que contribuam mensalmente para o Instituto.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000358224

45 / 2021	Regulamenta o trabalho docente na oferta de atividades não presenciais e na utilização de plataformas digitais no sistema estadual de ensino.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000359423
82 / 2021	Revoga dispositivos da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000360464
150 / 2021	Cria procedimento próprio para concessão de anistia a servidores públicos que tenham sofrido penas demissórias.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000363261
313 / 2021	Autoriza a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô a doar dois imóveis localizados na Capital à categoria metroviária, representada pelo Sindicato dos Metroviários, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000370492
361 / 2021	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 3 (três) anos a vigência dos contratos dos docentes firmados nos termos da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que vencerem ao longo dos anos de 2021 e 2022.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000374228
443 / 2021	Cria o Termo de Referência Estadual de Utilidade Pública de Imóveis - TREUPI para fins de implantação de equipamentos e serviços públicos de interesse do Governo do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000378530
747 / 2021	Estabelece que parte da alimentação destinada aos alunos da rede pública de ensino do Estado seja disponibilizada aos professores e funcionários dessas unidades escolares.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000422450
755 / 2021	Estabelece o pagamento de indenização aos servidores públicos do Estado, no valor correspondente a um dia de trabalho, nos meses compostos por 31 (trinta e um) dias, até o limite de 6 (seis) por ano.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000422762
795 / 2021	Denomina "Zuleika Corte" o dispositivo de retorno localizado no km 162-17, da Rodovia Constante Peruchi - SP 316, em Cordeirópolis.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000424980

822 / 2021	Altera o caput do artigo 1º da Lei nº 10.858, de 31 de agosto de 2001, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000425641
853 / 2021	Regulamenta o trabalho docente em atividades não presenciais nas unidades educacionais pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino que disponibilizem aulas por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em "home office".	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000426902
71 / 2022	Obriga as escolas da rede pública de ensino a manter espaço para uso exclusivo dos professores.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000431632
PDL 39/2020	Susta os efeitos da declaração de déficit atuarial feita pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, de 19 de junho de 2020, que permite a cobrança de contribuição previdenciária majorada pelos aposentados e pensionistas.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000352546
PEC 6/2021	Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 126 da Constituição do Estado e suprime do mesmo artigo o parágrafo 18.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000423858
PL 266/2022	Institui licença parental de longa duração para os servidores públicos estaduais.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000442580
PL 275/2022	Institui Piso Estadual Salarial para o servidor público estadual	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000443385
PL 380/2022	Institui o Plano Estadual do Servidor Público - PESP	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000448614

DEFESA DOS GRUPOS SOCIAIS OPRIMIDOS

PL	EMENTA	DISPONÍVEL EM
475 / 2019	Acrescenta o parágrafo 4º ao artigo 6º da Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000261700

742 / 2019	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000273323
743 / 2019	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000271566
753 / 2019	Acrescenta disposição à Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000274129
779 / 2019	Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa SOS Racismo no âmbito do Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000274228
286 / 2020	Institui o Programa Rede Segura, de combate à violência doméstica no Estado.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000323009
487 / 2021	Estabelece as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000380019
568 / 2021	Institui políticas públicas em favor da população idosa.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000384458
707 / 2021	Estabelece parâmetro mínimo de repasse financeiro do Estado na celebração de termos de colaboração com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, para o atendimento a educandos cuja deficiência não permita a inclusão em classes de ensino regular.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000392954
803 / 2021	Dispõe sobre a destinação das penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de atos de preconceito racial.	https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000425194



Aniversário da Professora Bebel em Heliópolis



Visita ao Acampamento Marielle Vive MST em Valinhos - Abril-2022



Professora Bebel com Edna Lourenço, apoiadora de Campinas



Professora Bebel com Fernando Haddad, candidato do PT ao Governo de São Paulo



CNPJ Candidata: 47.474.655/0001-10

DEPUTADA ESTADUAL

Professora Bebel

13123

Nossa voz mais forte

DEPUTADO FEDERAL

13

DEPUTADA ESTADUAL
PROFESSORA BEBEL

13123

SENADOR - MARCIO FRANÇA

400

GOVERNADOR - FERNANDO HADDAD

13

PRESIDENTE - LULA

13

FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA
(PT, PV, PCDOB)

Professora 
Bebel
Nossa voz mais forte
13123
DEPUTADA ESTADUAL



**ZAP DA
BEBEL**

11 95981-3123

Aponte a câmera do celular para
iniciar uma conversa comigo pelo zap



professorabebel.com.br



professorabebeloficial



professorabebel